

**INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS E LÍNGUA NACIONAL:  
UM ACONTECIMENTO NO BRASIL DO SÉCULO XIX<sup>1</sup>  
LINGUISTIC INSTRUMENTS AND NATIONAL LANGUAGE:  
AN EVENT IN BRAZIL IN THE 19<sup>TH</sup> CENTURY**

Eduardo Guimarães

DL-IEL/Laberub

Unicamp

**Resumo:** Este texto se dedica a analisar um acontecimento decisivo no processo brasileiro de gramatização. Trata-se do estabelecimento do novo Programa de Português para os Exames Preparatórios no Brasil, estabelecido em 1887. Meu objetivo específico é procurar responder a duas perguntas: 1. Este acontecimento, ou aquilo que ele estabelece pode ser tomado como um instrumento linguístico? 2. O papel deste acontecimento na constituição da Língua Nacional do Brasil está ligado a seu caráter de instrumento linguístico? Um aspecto fundamental aqui é o relacionado com a questão da língua nacional e oficial de um Estado-nação. O acontecimento do Programa significa assim um passado específico, e também projeta todo um novo futuro ao catalisar os estudos sobre a língua portuguesa naquele momento. Nesta medida e em virtude de sua performatividade, sustentada pelo Estado e pela Autoridade do Colégio Pedro II (já que o Programa é estabelecido por Fausto Barreto) consideramos que o Programa é um instrumento gramatical, mas ele não é um instrumento da ordem da normatização da língua, mas da normatização do que se deve ensinar sobre a língua e como. Nesta medida consideramos que se trata de um meta-instrumento linguístico.

**Palavras-chave:** instrumento gramatical, acontecimento, língua nacional, história das ideias linguísticas, exames preparatórios de 1887.

**Abstract:** This text aims at analyzing a decisive event in the Brazilian grammatization process. This is the establishment of the new Portuguese Program for Preparatory Exams in Brazil, established in 1887. My specific objective is to seek to answer two questions: 1. Can this event, or what it establishes, be taken as a linguistic instrument? 2. Is the role of this event in the constitution of the National Language of Brazil linked to its character as a linguistic instrument? A fundamental aspect here is related to the issue of the national and official language of a nation-state. The event of the Program thus signifies a specific past, as well as projects a whole new future by catalyzing studies on the Portuguese language at that time. To this extent and due to its performativity, supported by the State and the Authority of Colégio Pedro II (since the Program is established by Fausto Barreto), we consider that the Program is a grammatical instrument, but it is not an instrument of the order of standardization of language, but the standardization of what

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste texto foi publicada em francês sob o título “Instruments linguistiques et langue nationale: un événement au Brésil au XIXe siècle”, no livro *Penser l’histoire des savoirs linguistiques: hommage à Sylvain Auroux*, de organização de Sylvie Archambault, Jean-Marie Fournier e Valérie Raby (ENS Éditions, 2014).

and how should be taught about the language. To this extent, we consider it to be a linguistic meta-instrument.

**Key-words:** Grammatical instrument; Event; National Language; History of Linguistic Ideas; Preparatory Exams of 1887.

**Submetido em 28 de julho de 2023.**

**Aprovado em 04 de setembro de 2023.**

## **Introdução**

Vou me dedicar aqui a analisar um acontecimento que julgo decisivo no processo brasileiro de gramatização. Trata-se do estabelecimento do novo Programa de Português para os Exames Preparatórios no Brasil, estabelecido em 1887<sup>2</sup>.

Este acontecimento traz uma regulação didático-pedagógica a respeito da língua nacional para acesso à universidade. Vou neste texto tratar deste acontecimento a partir da análise do texto em que se apresenta. Tomo este acontecimento, então, como um acontecimento enunciativo. Meu objetivo específico é procurar responder a duas perguntas: 1. Este acontecimento, ou aquilo que ele estabelece (o novo Programa para os Exames Preparatórios) pode ser tomado como um instrumento linguístico? 2. O papel deste acontecimento na constituição da Língua Nacional do Brasil está ligado a seu caráter de instrumento linguístico?

## **1.Preliminares**

Acompanhando os estudos sobre a gramatização (Auroux, 1992), sabemos como ela pode se dar como endogramatização ou exogramatização. Ou seja, temos uma distinção que leva em conta no processo de gramatização a relação do gramático enquanto participante, ou não, do grupo social de falantes da língua que se gramatiza. Em outras palavras, vê-se uma diferença no processo na base da consideração da língua e suas condições de enunciação. No primeiro caso trata-se da produção de instrumentos gramaticais (gramáticas, dicionários, etc) da língua de que se é falante enquanto participante de um “grupo social” específico caracterizado por esta língua; no segundo

---

<sup>2</sup> Tendo em vista os objetivos do projeto “História das Idéias Linguísticas: Construção de um Saber Metalingüístico e a Construção da Língua Nacional” (coordenado por Eni Orlandi entre os anos 1992-1995), fiz (Guimarães, 1997a) uma primeira análise deste documento com o objetivo de observar, no final do século XIX, como funcionavam as ciências da linguagem como parte do corpo social em que se formulam, com o objetivo de compreender, não suas funções, mas como elas funcionam na sociedade.

trata-se da produção de instrumentos gramaticais de uma língua feita por quem não é do grupo social por ela caracterizado.

O que essa diferença coloca, já na própria distinção, é que o interesse pelo conhecimento sobre as línguas não se apresenta como historicamente neutro. Ou seja, esta caracterização de dois processos considera que a busca por um objeto de conhecimento como a linguagem, e mais especificamente as línguas, tem sentidos diferentes, dependendo da relação política na qual ela se dá.

O movimento da gramatização massiva das línguas, como nos mostra Auroux (1992), se deu ligada num processo de endogramatização relativo ao que chamamos hoje línguas nacionais. E este processo se dá concomitante ao da ampliação de domínios territoriais e políticos (fim do século XV, início do XVI). E esta ampliação de domínios motivou, com frequência, processos de exogramatização. No processo de colonização do Brasil isso se deu, por exemplo, com o tupi.

Por outro lado, o processo de colonização iniciado por volta do século XVI acabou por criar condições muito particulares no que diz respeito à relação entre línguas e entre línguas e seus falantes, que são por elas determinados<sup>3</sup>. Um aspecto fundamental aqui é o relacionado com a questão da língua nacional e oficial de um Estado-nação.

Os trabalhos que vimos realizando no Brasil, desde o início de nossa participação no projeto História das Idéias Lingüísticas<sup>4</sup>, levaram em conta este aspecto particular. Trata-se do estabelecimento de uma língua nacional que se apresenta como a adoção de uma língua da qual de certo modo se separa, condição envolvida no processo de colonização. É neste sentido que desde o início de nossas pesquisas em história das ideias lingüísticas consideramos para a língua portuguesa o que chamamos “gramatização brasileira do português” (Orlandi, 1997; Guimarães, 1994). Não se tratava naquele momento, o século XIX, de inaugurar a gramática do português. Isto fora feito no século XVI por Fernão de Oliveira (1536), a partir do qual tantas outras gramáticas foram publicadas. Exatamente como parte de um processo histórico ligado às grandes navegações, a partir do que Portugal tomou posse do que é hoje o Brasil, passando a explorar e a expandir este espaço e a colonizá-lo.

---

<sup>3</sup> A este respeito ver, por exemplo, as colocações que faço sobre o que chamo (Guimarães, 2002) espaço de enunciação e a categoria do falante enquanto categoria enunciativa e não psico-fisiológica.

<sup>4</sup> Do final dos anos 1980 em diante.

Para os brasileiros, no século XIX, tratava-se, logo após a independência em 1822, de constituir a gramática brasileira da sua língua nacional. Este gesto traz consigo uma contradição incontornável: esta língua nacional é a língua de um outro povo do qual o Brasil se separava (situação similar a tantas outras no processo de colonização).

Este processo brasileiro de gramatização, tal como Orlandi (1997, 2002, 2009), Guimarães (1994, 2004) e Orlandi e Guimarães (1998 e 2007) já mostraram, apresenta algumas características:

- a descrição da língua portuguesa tal como praticada no Brasil com atenção específica sobre características da língua no Brasil, com atenção mais específica sobre o léxico;
- a autoria brasileira de gramática<sup>5</sup>;
- o argumento do novo e a contestação de um tradição (a gramática filosófica na sua versão portuguesa – Jerônimo Soares Barbosa, entre outros);

Assim o que caracteriza esta gramatização envolve fortemente, além da descrição da língua, aspectos enunciativo-discursivos relevantes. E este processo estabelece muito rapidamente uma história brasileira da gramática. Já em 1907, Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), no início do Prólogo à *Gramática Expositiva* nos diz: “Desde que Júlio Ribeiro imprimiu uma nova direção aos estudos gramaticais, os velhos moldes foram rompidos, e um amplo conflito se estabeleceu entre a escola tradicional e a nova corrente.” (Pereira, 1907)

Ou seja, Pereira, ao falar da história da gramática, considera-se no horizonte brasileiro<sup>6</sup>.

## **2.O Novo programa para os exames preparatórios**

Como disse no início, pretendo apresentar aqui a análise de um acontecimento decisivo para a história dos estudos sobre o português do Brasil e a constituição da Língua Nacional: o estabelecimento, em 1887, do novo Programa de Português para os Exames Preparatórios. Como disse antes espero dar uma resposta a duas perguntas que julgo importantes: este acontecimento pode ser tomado como instrumento linguístico? O papel deste acontecimento na constituição da Língua Nacional do Brasil está ligado a seu caráter de instrumento linguístico?

---

<sup>5</sup> Este aspecto é, segundo Orlandi, central neste processo. Sobre isso ver Orlandi (1997, 2002).

<sup>6</sup> Sobre esta questão ver Guimarães (1997b, 2004, 2007).

Os exames preparatórios eram, no século XIX, no Brasil, os exames que davam acesso à universidade. Em 1887, a pedido do Diretor Geral da Instrução Pública, Emídio Vitório, Fausto Barreto (1852-1908), Professor do Colégio Imperial de Pedro II, estabelece o novo Programa para os exames preparatórios de língua portuguesa. Trata-se, portanto, de um programa oficial, estabelecido por ordem do diretor geral da Instrução Pública, Emídio Vitório, e organizado por um professor do Colégio Imperial de Pedro II, instituição que teve um papel modelar em todo o século XIX e boa parte do século XX no Brasil. Este seu caráter mudou depois da criação dos cursos superiores de Letras que começaram a ser criados na década de 1930 – 1934 na USP e 1939 na Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. Como fundamento para a análise apresento a seguir uma descrição sintética do Programa.

### 2.1. Apresentação do Programa

O Programa<sup>7</sup> estabelece duas provas para os exames preparatórios: uma escrita e outra oral. A escrita era “composição” sobre assunto a ser sorteado no momento da prova a partir de uma lista de pontos organizada diariamente pela comissão julgadora. A prova oral consistia de uma análise “fonética, etimológica e sintática” a ser feita sobre um trecho escolhido pela comissão a partir de um livro de uma lista que constava do programa em questão; e de uma exposição de um dos pontos apresentados pelo programa, sendo a escolha do ponto também feita por sorteio.

Tal como estabelece o Programa “O exame de português precederá a qualquer outro” (Programa, p. 85).

Os pontos orais constavam de 46 itens. Ressaltemos alguns aspectos. Começamos pelo primeiro item: “Observações gerais sobre o que se entende por gramática geral, gramática histórica ou comparativa e por gramática descritiva ou expositiva. Objeto da gramática portuguesa e divisão do seu estudo. Fonologia: os sons e as letras; classificação dos sons e das letras; vogais; grupos vocálicos; consoantes; grupos consonantais; sílaba; grupos silábicos; vocábulos; notações léxicas”<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Vou utilizar a publicação do Programa para os Exames Preparatórios feita em *Procellarias*, de Julio Ribeiro (1887). As páginas citadas quando localizo elementos do Programa se referem a esta edição.

<sup>8</sup> Programa p. 87-88.

Item 6: “Morfologia: estrutura da palavra; raiz; tema; terminação; afixos; Do sentido das palavras deduzido dos elementos mórficos que as constituem; desenvolvimento de sentidos novos nas palavras”<sup>9</sup>.

Os itens de 7 a 11 tratam das classes de palavras. As classes que aparecem diretamente nomeadas são substantivo, adjetivo, pronome, verbo, palavras invariáveis<sup>10</sup>.

Item 12: “Agrupamento de palavras por famílias e por associação de idéias. Dos sinônimos, homônimos e parônimos”<sup>11</sup>.

Os itens de 17 a 20 são sobre formação de palavras. Nestes itens encontra-se, por exemplo, “Das palavras variáveis (e invariáveis) formadas no próprio seio da língua portuguesa”<sup>12</sup>.

Os itens de 21 a 28 são sobre etimologia portuguesa<sup>13</sup>.

Os itens de 29 a 41 são sobre sintaxe. O item 29 é “Da sintaxe em geral. Breves noções sobre a estrutura oracional, do Latim popular e do Latim culto. Tipos sintáxicos divergentes na língua portuguesa”<sup>14</sup>. O item 40 é “da colocação de pronomes pessoais”<sup>15</sup>.

Os itens de 42 a 46 reúnem aspectos diversos como figuras de sintaxe, vícios de linguagem, brasileirismos, dialeto, etc.<sup>16</sup>

Pela descrição que acabamos de fazer, no presente da sua enunciação, o Programa formula uma mudança de posição. Esta mudança se caracteriza pela adoção da lingüística histórica, afastando-se da gramática filosófica, e por aspectos muito particulares como o lugar dado à morfologia, separado da etimologia, e à fonologia. Outro aspecto é que o programa coloca como um dos seus itens a questão da colocação dos pronomes pessoais átonos, problema “símbolo” de disputas entre a posição de gramáticos portugueses e brasileiros, e a questão dos brasileirismos e do dialeto, elementos também decisivos na caracterização das diferenças do português do Brasil naquele momento. As mudanças que o Programa formula receberam a atenção de alguns comentadores da época, tal como veremos a seguir.

---

<sup>9</sup> Idem, p. 88

<sup>10</sup> Idem, p. 88-89.

<sup>11</sup> Idem, p. 89.

<sup>12</sup> Idem, p. 89.

<sup>13</sup> Idem, p. 90.

<sup>14</sup> Idem, p. 90.

<sup>15</sup> Idem, p. 91.

<sup>16</sup> Idem p. 92.

## 2.2.O Programa e os gramáticos brasileiros nos anos 1880

Na época do aparecimento do Programa, Júlio Ribeiro (1845-1890), que já publicara sua *Grammatica Portugueza* em 1881, apresenta-o, como disse acima, em *Procellarias*<sup>17</sup> e faz sobre ele alguns comentários. Um deles é que o programa apresentado se formulava em bases científicas. Segundo as suas próprias palavras: “Não há o que negar; é este programa organizado cientificamente, sobre as bases largas, sólidas, da ciência da linguagem” (Ribeiro, 1887, 92). E para sustentar esta sua afirmação ele diz que o programa distingue como parte da gramática a lexicografia e a sintaxe (idem). Deste modo, segundo ele, a ortografia não é mais considerada uma parte autônoma da gramática, como constava na gramática geral. Ao lado disso, ressalta que o Programa pede conhecimento em morfologia, de modo a que esta não está submetida à etimologia. Por isso se pode pedir o estudo do grupamento das palavras por famílias e por associações de idéias (idem, 93).

De outra parte, podemos observar o que um outro gramático da época diz do programa. Maximino Maciel (1866-1923), que em 1887 publicou sua *Grammatica Analytica*, no seu texto “Breve Retrospecto sobre o Ensino da Língua Portugueza” faz, sobre o Programa, um conjunto de observações. Neste texto, incluído como apêndice à sua *Grammatica Descriptiva*<sup>18</sup> em 1910, Maciel diz logo de início que por volta do ano de 1887 “a ciência da linguagem atravessava uma época de transição” (Maciel, 1926, 499). Para ele, como para muitos desta época, inclusive Júlio Ribeiro, o método histórico comparativo passava a ocupar o lugar dos “antigos gramáticos portugueses Soares Barbosa, Bento de Oliveira, Lage e outros” (idem).

Segundo Maximino Maciel, “muitos professores que se norteavam pelos filólogos estrangeiros, iam evangelizando, quer na docência particular, quer em publicações esparsas, as novas doutrinas, desbravando-lhes o terreno onde se tinham de arquitetar os novos estudos” (idem, 501). Para Maciel este grupo, no qual cita Fausto Barreto<sup>19</sup> (1852-1908), Hemetério dos Santos (1858-1939), Alfredo Gomes, João Ribeiro (1860-1934), Pacheco da Silva (1842-1899), Lameira de Andrade (? – 1897), Said Ali (1861-1953) e outros, tinha em Fausto Barreto um “centro de onde se irradiam os delineamentos gerais” (idem). Fausto Barreto era catedrático do Colégio Pedro II e isto, segundo Maximino

<sup>17</sup> “A Procellaria” em *Procellarias* (Ribeiro, 1887, p. 85-91).

<sup>18</sup> A *Grammatica Descriptiva* publicada em 1894 é uma modificação da *Grammatica Analytica* de 1887.

<sup>19</sup> Como vimos foi o encarregado de formular o novo Programa dos Exames Preparatórios.

Maciel, lhe permitia difundir e firmar novas doutrinas. Ou seja, Maciel reconhece a força da instituição como lugar de enunciação do Programa.

Ainda segundo Maciel, este programa “Assinalou nova época na docência das línguas e, quanto à vernácula, a emancipava das retrogradadas doutrinas dos autores portugueses que esposávamos” (Maciel, 1926, 502). Ao mesmo tempo, ele diz que a partir do programa várias gramáticas se fizeram, como as de João Ribeiro, Alfredo Gomes e a de Pacheco Silva e Lameira Andrade. Para ele, as duas primeiras foram mais usadas para o ensino, para os alunos, e a terceira, mais para consulta. Assim, “Houve pois com a publicação do programa em 1887, uma como Renascença dos estudos da língua vernácula: na imprensa, na docência particular se aclarava, se discutiam os fatos da língua à luz das novas doutrinas” (idem, 504). As gramáticas acima referidas por Maciel foram publicadas em 1887, depois do estabelecimento do novo Programa, e diziam atender ao que ele estabelecia.

### 3. O Programa como um Catalisador da Gramatização

Tanto as posições de Júlio Ribeiro quanto de Maximino Maciel consideram que o Programa de Fausto Barreto muda o ensino de língua naquele momento, criando, inclusive, pressão sobre o conjunto de estabelecimentos de ensino da época, tendo aberto o lugar para o aparecimento de novas gramáticas. Ou seja, o estabelecimento do novo Programa dos Exames Preparatório dá andamento ao que chamamos gramatização brasileira do português<sup>20</sup>. Há que se ressaltar ainda que, neste momento, aparecerão análises fundamentais sobre o funcionamento do Português, como os de Said Ali (1908) em *Dificuldades da Língua Portuguesa*, e, a partir de então, continuam a aparecer gramáticas novas e dicionários. Lembremos aqui de 1888 o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* de Macedo Soares<sup>21</sup> e a *Gramática da Língua Portuguesa* do Pe. Massa; de 1894 a *Gramática Descritiva* de Maximino Maciel; e de 1907 a *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira. Este último reivindica, como já registramos antes, para si a filiação ao caminho aberto, segundo ele, por Júlio Ribeiro com sua Gramática de 1881. Deste modo vemos algo interessante, ao falar de dentro da história brasileira da Gramática, E. C. Pereira, no início do século XX, formula sua participação nesta história

<sup>20</sup> Tal como já referimos, sobre esta questão ver Orlandi (1997, 2002, 2009), Guimarães (1994, 2004) e Orlandi e Guimarães (1998 e 2007).

<sup>21</sup> Antonio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905).



como se ela fosse independente do acontecimento do novo Programa. Pereira não se reporta ao Programa. Como marco inicial da história da gramática no Brasil, ele se reporta à *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro de 1881, portanto anterior ao Programa.

Mas ao tomar o acontecimento do Programa vimos, tal como dissemos acima, que Júlio Ribeiro reconhece o Programa, o acontecimento que o estabelece, e afirma que sua gramática está em acordo com ele. Nesta medida podemos considerar que o acontecimento do Programa significa como seu passado, entre outros aspectos, as condições institucionais e de conhecimento sobre a língua já estabelecidos. E aí se inclui, por exemplo, a gramática de Júlio Ribeiro (1881) e a *Gramática História da Língua Portuguesa* de Pacheco Silva de 1879. Um vem em apoio ao Programa, o outro publica com Lameira de Andrade sua *Gramática da Língua Portuguesa* em 1887 para atender aos ditames do Programa.

O acontecimento do Programa significa assim um passado específico, que acabamos de referir, e também projeta todo um novo futuro ao catalisar os estudos sobre a língua portuguesa naquele momento. Esse futuro já começa a se configurar tanto pela publicação de novas gramáticas como por análises do Programa e seu peso na história do estudo sobre o português. Ou seja, de um lado o acontecimento mobiliza como um passado seu as circunstâncias institucionais e o conhecimento que nelas se produzia. Mas o acontecimento que aqui analisamos catalisa o processo e movimenta, junto com outros acontecimentos, uma história específica (impulsionando sua separação da história portuguesa).

Um aspecto que me parece fundamental nesta análise é que ela, ao tomar este acontecimento e observar o passado que ele significa e o futuro que ele desdobra, sustenta de um modo muito particular a afirmação de que a gramatização brasileira do português se movimenta a partir da década de 1880. Sabemos que antes deste momento já havia estudos sobre o português no Brasil que procuravam se fazer independentemente dos estudos do português de Portugal. Temos, só para dar dois exemplos, o caso do Visconde de Pedra Branca (1780-1855), nos anos 1824-25, que publicou estudo<sup>22</sup> mostrando diferenças do português do Brasil relativamente ao de Portugal e os estudos gramaticais de Antonio Alves Pereira Coruja (1806-1889), que em 1835 publicara, em Porto Alegre, *Compêndio de Gramática da Língua Nacional, dedicado à mocidade rio-grandense*,

---

<sup>22</sup> Esse estudo foi publicado em francês no *Atlas Etnográfico do Globo* de Adrien Balbi.

reeditado em 1849, 1862 e 1872. O que se deve observar nestes casos é que estes estudos não se desdobram num movimento intelectual com suas consequências, tal como, pela observação do acontecimento do Programa, se pode considerar a partir dos anos 1880. A análise do Programa permite encontrar um momento decisivo na formação de um movimento de ideias que muda o curso da relação com a produção de instrumentos linguísticos no Brasil.

#### **4. O programa como Instrumento Linguístico e a Língua Nacional do Brasil**

Além dos aspectos ligados aos itens listados como constituindo os conteúdos a serem avaliados (tal como apresentei em 2.1), há no Programa (baixado pelo aviso 974 de 17 de março de 1887, segundo decreto 9649 de 2 de outubro de 1886) um aspecto muito particular a ser considerado, a constituição da sua performatividade. O acontecimento da enunciação do Programa tem uma complexidade particular: por um lado ele é enunciado do lugar do Estado, por outro é reconhecido como enunciado do lugar do Colégio de Pedro II, por autoria de Fausto Barreto. Deste modo, a performatividade diretiva do Programa é da responsabilidade do Estado e está sustentada na enunciação reconhecida de um professor de uma instituição tomada como referência. Não se trata, pois, simplesmente de se perguntar se um programa de ensino ou de um exame qualquer é um instrumento linguístico. No caso há que se perguntar se um Programa cuja normatização é sustentada pelo Estado, e garantida pelo prestígio do conhecimento de uma instituição específica, é um instrumento gramatical.

A descrição do programa, incluindo seu funcionamento performativo, sua finalidade e o que os comentários sobre ele nos fazem ver, é que ele, ao regular o procedimento de como se avaliar a possibilidade de ingresso na universidade, vai funcionar como um novo estabelecimento do que seja o conhecimento sobre a língua. Nesta medida ele “transforma” a língua para os encarregados em ensiná-la, e assim transforma a língua portuguesa para os brasileiros em geral.

Para avançar, vamos distinguir os diversos instrumentos de gestão política que afetam a questão da língua. De um lado temos algo como o *Diretório dos Índios* de 1757, estabelecido por iniciativa do Marquês de Pombal, que proibiu o ensino de língua indígena e em língua indígena no Brasil; de outro temos algo como o estabelecimento do Programa que apresentamos acima. No primeiro caso temos um instrumento de ação que intervém na política das línguas, no segundo caso o instrumento estabelece a forma do

conhecimento sobre a língua. Ou seja, no caso do diretório dos índios, o que o Estado português faz é regular diretamente o processo de relação das línguas, no caso do Novo Programa dos Exames Preparatórios o Estado brasileiro faz uma intervenção que estabelece o que ensinar sobre a língua, que conhecimentos são os que distinguem quem sabe a língua, ou seja, os conhecimentos que caracterizam qual é a língua. Sabemos, já nos referimos a isso há pouco, que podemos encontrar artefatos aparentemente assemelhados, como os programas de ensino de qualquer estabelecimento escolar. Mas interessa notar que estes últimos não funcionam e não significam do mesmo modo que o Programa em análise. A performatividade do Programa tem características que os programas de disciplinas nas escolas não têm. E isto o distingue.

Se nos reportamos à nossa pergunta de se o Programa é um instrumento gramatical, vemos que ele não é um instrumento da ordem da normatização da língua, mas da normatização do que se deve ensinar sobre a língua e como. E este aspecto é diretamente resultado da performatividade do Programa. E é nessa medida que o novo programa foi um instrumento decisivo, entre outros, no processo de gramatização brasileira do português.

O momento histórico aqui analisado é vital na vida brasileira, pois nele está se dando todo um trabalho de reflexão sobre as condições da nacionalidade brasileira. E neste embate a questão da língua é uma questão crucial<sup>23</sup>. Há toda uma discussão que se instala sobre se o português do Brasil é o mesmo que o de Portugal ou não. São conhecidas as disputas como a de José de Alencar (escritor brasileiro) e Pinheiro Chagas (escritor português)<sup>24</sup>.

No campo de conhecimento sobre a língua, como já dissemos, há o desenvolvimento de estudos a respeito, por exemplo, da especificidade do léxico do português no Brasil, questão que já se pusera através do Marquês da Pedra Branca no início do século XIX, logo após a independência do Brasil, e chega ao trabalho de Pacheco Silva Jr, um dos personagens da década de 1880. Importante a se ressaltar aqui que a *Gramática Histórica* de Pacheco Silva traz na sua parte final todo um estudo sobre os Brasileirismos e Provincialismos, como uma forma de caracterizar as mudanças da língua no Brasil.

---

<sup>23</sup>Sobre a questão da língua e a nacionalidade ver *Língua e Cidadania* (Guimarães e Orlandi, 1996).

<sup>24</sup>Não deixa de ter interesse acompanhar como esta discussão se projeta pelo início do século XX, passando por um momento agudo nos anos 1930 e chegando à Constituinte brasileira de 1946. Sobre as discussões destes momentos ver o livro de Dias (1996).

Naquele momento há toda uma mudança que se faz no ensino do português no Brasil que se baseia numa mudança de paradigma de conhecimento. Mas, no caso do Programa, o que sustenta e projeta a mudança foi que este novo conhecimento é formulado pela voz oficial do Estado garantida pela autoridade intelectual e institucional de Fausto Barreto. Ou seja, uma certa posição científica é formulada como posição institucional e isto a partir de uma pessoa destacada (Fausto Barreto), vista, inclusive, como liderança intelectual.

Por outro lado, lembremos que Maximino nos relata que havia um grupo de estudiosos desenvolvendo trabalhos sobre a língua dentro do comparativismo quando em 1887, o Inspetor Geral da Instrução Pública solicita o Programa a Fausto Barreto. Ou seja, a solicitação do programa se dá em virtude de se ter um tipo de conhecimento lingüístico claramente estabelecido no Brasil naquele momento.

Mas o novo Programa é decisivo no processo de instalação e propagação de um novo conhecimento sobre a língua. Ele funciona como uma memória prévia (o que é preciso saber) para todos os que queiram se dedicar ao ensino da língua, exatamente pelo fato de sua enunciação ser feita do lugar da instituição escolar e do Estado. Como dissemos em “Identidade Lingüística” (Guimarães e Orlandi, 1996, 13): “A Língua, a Ciência e a Política estabelecem entre si relações profundas e definidoras na constituição dos sujeitos e da forma da sociedade.” Assim este conhecimento sobre a língua funciona, de sua parte, como constituindo esta língua como língua nacional sobre a qual se produz um conhecimento<sup>25</sup>.

### **Conclusão**

Retomando a distinção feita acima, o acontecimento do Programa produz um instrumento que estabelece a forma do conhecimento sobre a língua. E dado que se trata de um Programa estabelecido pelo Estado, através da autoridade de um Professor de uma Instituição modelar do Brasil naquele momento, sua propagação tem uma extensão correspondente ao peso da instituição que o formula e alcança todo o Brasil. E isto abre

---

<sup>25</sup> A relação da construção de um conhecimento sobre a língua e sua constituição como língua nacional foi fortemente trabalhado pelo projeto “História das Idéias Linguísticas: Construção de um Saber Metalingüístico e a Constituição da Língua Nacional”, coordenado por Eni Orlandi e tem muitos de seus resultados publicados, entre outros textos, na revista *Langages 130* (Auroux, Orlandi, Mazière 1998), em *História das Idéias Linguísticas* (Orlandi (org.), 2001) e em *Um Dialogue Atlantique* (Orlandi e Guimarães (org.), 2007).

uma nova história, um novo movimento de autoria da gramática e um novo caminho para a intensificação dos conhecimentos sobre a especificidade do português do Brasil. O Programa tem, segundo esta análise, participação naquilo que produz um movimento que Eni Orlandi (2009) tem tratado de modo muito relevante como um processo de descolonização lingüística. O Novo Programa naquele momento é um catalisador deste processo de descolonização, tal como outros que vieram posteriormente. E isto está diretamente ligado ao fato de que se trata de um processo de endogramatização. O processo brasileiro de gramatização do português (enquanto um processo de endogramatização) significa a língua portuguesa como Língua Nacional do Brasil, o que é muito diretamente significado pelo estabelecimento do Programa enquanto gesto do Estado brasileiro.

E na medida em que este instrumento regula a forma do conhecimento sobre a língua, e assim regula a própria caracterização da língua, é um meta-instrumento lingüístico, ou seja, é uma extensão de memória sobre o que é necessário conhecer sobre a língua. E enquanto meta-instrumento ele catalisa a produção de instrumentos lingüísticos como gramáticas e dicionários naquele momento. Enquanto meta-instrumento lingüístico ele não só nos diz o que é a língua, mas ele produz uma política de língua. Neste sentido, ele faz parte do que é decisivo para a constituição da língua nacional no final do século XIX. E isto responde à nossa segunda pergunta: o papel deste acontecimento na constituição da Língua Nacional está ligado a seu caráter de instrumento lingüístico.

Nem todo programa de ensino de língua é um meta-instrumento, ele pode ser simplesmente a especificação do que se deve ensinar na medida em que se tem o que é a língua normatizada. Um programa de ensino comum é resultado da gramatização. No caso do Programa aqui em estudo, a questão é absolutamente de outra ordem, ele estabelece condições no processo de gramatização. Está em questão uma regulação do Estado e das instituições sobre o conhecimento sobre a língua. Em virtude disso o Programa estabelece como deve ser uma gramática da língua. É isso que faz desse Programa um instrumento, ou melhor, um meta-instrumento gramatical.

## Referências

- ALI, M. S. (1908) *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1966.
- AUROUX, S. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992
- AUROUX, S., Orlandi, E.P. e Mazière, F. *Langages, 130*. Paris, Larousse, 1998.
- DIAS, L.F. *Os Sentidos do Idioma Nacional*. Campinas, Pontes, 1996.
- GUIMARÃES, E. “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. A Gramatização Brasileira”. In *Língua e Cidadania*. Campinas, Pontes, 1994
- GUIMARÃES, E. “História da Gramática no Brasil e Ensino”. *Relatos, 5*. Publicação do Projeto História das Idéias Linguísticas: Construção de um Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional. DL-IEL-Unicamp, 1997a.
- GUIMARÃES, E. “Uma Poética da Adição”. Congresso sobre Políticas Linguísticas na América Latina. Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1997b.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas, Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas, Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. “Sémantique et grammaire. Une histoire des études linguistique au Brésil”. *Un Dialogue atlantique. Production des sciences du langage au Brésil*. Lyon, ENS Éditions, 2007.
- GUIMARÃES, E. e Orlandi, E. *Língua e Cidadania*. Campinas, Pontes, 1996.
- MACIEL, M. *Grammatica Descriptiva*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1926.
- OLIVEIRA, F. de. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, (1536] 2000.
- ORLANDI, E. “O Estado, A Gramática, a Autoria”. *Relatos, 4*. Campinas: DL, IEL, Unicamp, 1997.

ORLANDI, E. (org.) *História das Idéias Linguísticas no Brasil*. Campinas, Cáceres: Pontes/Editora da Unemat, 2001.

ORLANDI, E. *Língua e Conhecimento Linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. *Língua Brasileira e Outras Histórias. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. “La Formation d’un espace de production linguistique. La grammaire au Brésil”. *Langages*, 130. Paris, Larousse, 1998.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. *Un dialogue atlantique. Production des sciences Du langage au Brésil*. Lyon, ENS Éditions, 2007.

PEREIRA, E. C. *Gramática Expositiva*. São Paulo, Nacional, 1940.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. São Paulo, Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, J. *Procellarias*. São Paulo, Cultura Brasileira, 1887.